

ASPEL | DGE | PROENS | UFTM

Feliz Natal!

Neste final de ano celebramos o que construímos juntos.



TEMAS DESTA EDIÇÃO

PROENS	Carta da Pró-Reitora de Ensino à Comunidade Acadêmica	04
DESTAQUE LEGAL	Política Nacional de Educação Digital (PNED)	05
FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO	Revolução Digital e seus impactos no sistema de ensino universitário	08
ACONTECE NA ASPEL	X Seminário Internacional de Inovações Curriculares da UNICAMP	11
	Formação para Coordenadores de Cursos de Graduação da UFTM	13
	XII Seminário sobre o Ensino de Graduação da UFTM	14
MEC EM FOCO	Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Nutrição	17
ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO EM FOCO	As mudanças trazidas pelas novas DCNs de nutrição. Entrevista: Prof. Dr. Lucas Daniel Sanches ICS/UFTM	19
DATAS COMEMORATIVAS	Consciência Negra – 20 de Novembro	24
	Dezembro: Natal tempo de pausa e reflexões	27
	Aniversariante(s) Aspel	31

EDITORIAL

Encerramos 2025 reafirmando o compromisso da ASPEL com uma formação universitária crítica, ética, inovadora e alinhada às transformações aceleradas do nosso tempo. Ao longo do ano, nossa atuação foi guiada pela análise, mediação e proatividade diante das profundas mudanças que permeiam o ensino superior. Dedicamos especial atenção ao novo e complexo cenário regulatório dos cursos de graduação, que abrange desde o marco regulatório da EaD até as novas diretrizes curriculares para formação de professores e para os demais cursos ofertados pela UFTM. Além disso, focalizamos a incessante revolução digital e as pautas emergentes de inclusão, diversidade e responsabilidade social.

Assim, nesta edição do Boletim (IN)Formativo, reunimos reflexões que dialogam diretamente com os desafios contemporâneos da educação superior. Compartilhamos com a comunidade acadêmica a participação da ASPEL no X Seminário Internacional de Inovações Curriculares da Unicamp, cujo foco nas tecnologias digitais e na Inteligência Artificial reforça a urgência de repensarmos práticas formativas, competências docentes e políticas institucionais voltadas à acessibilidade e ao uso ético de ferramentas digitais. Apresentamos, ainda, uma síntese da Política Nacional de Educação Digital (PNED), marco legal que convoca as universidades a assumirem, de modo estruturado, o direito à educação digital com equidade, ética e infraestrutura adequada.

Na coluna “Acontece na ASPEL”, destacamos a cobertura completa do XII Seminário sobre o Ensino de Graduação da UFTM, onde a comunidade debateu, com urgência estratégica, como as Tecnologias Digitais nos cursos de graduação se alinham ao Novo Marco Regulatório da EaD, redefinindo o futuro da formação universitária.

Na seção “Fundamentos da Educação”, convidamos à reflexão sobre os impactos da revolução digital no sistema universitário, provocando-nos a imaginar novos modelos curriculares e a compreender o papel da universidade pública na formação de sujeitos capazes de atuar em cenários complexos, conectados e tecnologicamente mediados.

Nas colunas “MEC em foco” e “Assessoramento Pedagógico em Foco” nos voltamos para as novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de Nutrição, dialogando sobre as possibilidades e desafios que se desenham no cenário institucional.

Também reafirmamos nosso compromisso com uma educação antirracista, por meio da coluna dedicada ao Dia da Consciência Negra, que destaca a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais, da descolonização dos currículos e das ações afirmativas. Reconhecer e valorizar a pluralidade étnico-racial é parte indissociável do projeto formativo de uma universidade pública socialmente referenciada.

E, ao celebrarmos o mês de dezembro e o encerramento do ano, a coluna especial sobre o Natal nos convida à pausa e ao cuidado com o bem-estar e a saúde mental, dimensões fundamentais para podermos seguir atuando de forma sensível, humana e comprometida com nossa missão institucional.

Que este boletim inspire novos diálogos, aprendizados e possibilidades de atuação pedagógica na UFTM. Que 2026 seja um ano de continuidade, fortalecimento e inovação, e que possamos seguir construindo, coletivamente, uma universidade mais inclusiva, justa, digitalmente preparada e socialmente transformadora.

Com votos de boas festas e de um novo ano pleno de realizações!

Direção e Equipe ASPEL – PROENS/UFTM

EXPEDIENTE

Nome do Boletim: BOLETIM (IN)FORMATIVO ASPEL

Ano / Publicação: n. 4 de 2025

Responsável:

Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional – ASPEL

Órgão Vinculado: Pró-Reitoria de Ensino | UFTM

Periodicidade: Trimestral

Elaboração e Redação: Equipe ASPEL

Coordenação Geral: Luciana Pereira Rossi – Diretora da ASPEL

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Reitora:

Prof.^a Marinalva Vieira Barbosa

Pró-Reitora de Ensino:

Prof.^a Patrícia Maria Vieira

Diretora do Departamento de Gestão de Ensino:

Prof.^a Sandra Mara Dantas

Diretora da Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional:

Luciana Pereira Rossi

Equipe Editorial:

Bruna Carvalho Borges da Costa

Eliana Helena Corrêa Neves Salge

Giselle Abreu de Oliveira

Liliane Carla Campos

Luciana Pereira Rossi

Marcos Henrique Almeida dos Santos

Rubia Rodrigues

Revisão de Texto:

Equipe ASPEL

Diagramação:

Liliane Carla Campos

Imagens e fotos:

Acervo ASPEL | Freepik | Flaticon | Pexels | ChatGPT | Pinterest

Acervo Comunicação Social

Publicação:

Comunicação Social da UFTM e ASPEL

Contato:

E-mail: aspel.dge@uftm.edu.br

Telefone: (34) 3700-6136

Site: <https://www.uftm.edu.br/proens/aspel>

Endereço: Av. Frei Paulino, nº 30 – 1º andar – 38025-180

Uberaba/MG





Carta da Pró-Reitora de Ensino à comunidade acadêmica

A Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Federal do Triângulo Mineiro expressa sua sincera gratidão a todos os discentes, técnico-administrativos e docentes que caminharam conosco ao longo deste ano. Em 2025, vivenciamos momentos de aprendizados, desafios e importantes avanços institucionais. Cada conquista alcançada só foi possível graças ao empenho, à dedicação e ao compromisso de todos que contribuíram para o fortalecimento das ações de ensino da UFTM.

Ao encerrarmos este ciclo, projetamos com responsabilidade e entusiasmo algumas perspectivas institucionais para 2026. Entre as ações estratégicas que serão aprofundadas no próximo ano, destacamos: a ampliação da divulgação dos cursos da UFTM; o fortalecimento das ações integradas com coordenações de cursos e diretorias de institutos; a reestruturação do processo de ingresso discente; o avanço na revisão dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos; a consolidação e a expansão das iniciativas do programa PermaneSER; projetos voltados ao letramento e à formação digital; o fortalecimento das ações, eventos e programas de formação pedagógica; o desenvolvimento de sistemas de apoio às ações de ensino; e o desenvolvimento do repositório institucional. Essas e outras iniciativas reafirmam nosso compromisso com a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Registramos, também, nossos agradecimentos aos servidores da PROENS. A competência e o comprometimento demonstrados diariamente são o alicerce de um ambiente de trabalho colaborativo, sensível e alinhado à missão institucional. Reforçamos nosso agradecimento aos servidores do DRCA pelo período em que estiveram vinculados à PROENS, reconhecendo a importância e a dedicação presentes em sua atuação.

Que este período de encerramento do ano seja de descanso, convívio com pessoas queridas e celebração. Que 2026 nos encontre fortalecidos, esperançosos e prontos para novas conquistas. Seguimos juntos na construção de uma UFTM cada vez mais humana e comprometida com a excelência acadêmica.

Prof.^a Patrícia Maria Vieira
Pró-Reitora de Ensino da UFTM



DESTAQUE LEGAL

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL (PNED)




A [Lei nº 14.533](#), sancionada em 11 de janeiro de 2023, instituiu a **Política Nacional de Educação Digital (PNED)**, configurando um marco histórico na integração da tecnologia, enquanto elemento estruturante, à educação brasileira. Com essa legislação, o país passou a adotar um novo paradigma educacional, no qual a inclusão digital, a conectividade e o desenvolvimento de competências tecnológicas tornam-se dimensões essenciais, cada vez mais presentes nos modelos de ensino.

A PNED está estruturada em quatro eixos fundamentais que orientam a transformação digital na educação. O primeiro eixo, **Inclusão Digital**, compreende ações voltadas à ampliação do acesso à conectividade, à certificação e à capacitação tecnológica da população.

O segundo, **Educação Digital Escolar**, visa ao fortalecimento do letramento digital, do pensamento computacional, da cultura e dos direitos digitais, além de incentivar o uso pedagógico das tecnologias de forma inclusiva. O terceiro eixo, **Capacitação Digital**, direciona-se à formação profissional e ao desenvolvimento de competências tecnológicas necessárias ao trabalho digital. Por fim, o eixo de **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** em TICs busca estimular a inovação por meio da criação de tecnologias acessíveis, inclusivas e de baixo custo.

A implementação da PNED gerou mudanças significativas na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB nº 9.394/1996).



A partir da atualização do Art. 4º, inciso XII, passa a ser dever do Estado garantir educação digital nas instituições públicas de educação básica e superior, assegurando conectividade de alta velocidade e o desenvolvimento de habilidades como letramento digital, criação de conteúdos, comunicação, colaboração, segurança e resolução de problemas. Complementarmente, o parágrafo único reforça que as relações entre ensino e aprendizagem digital devem incluir técnicas, ferramentas e recursos que fortaleçam os papéis de docentes e estudantes, promovendo espaços coletivos de desenvolvimento.

Esse conjunto de mudanças representa uma transformação profunda no conceito de educação pública no Brasil, visto que a conectividade torna-se um direito educacional, equiparável ao próprio acesso à escola. Além disso, o Estado assume a responsabilidade pelo provimento de infraestrutura tecnológica e formação digital em todas as instituições públicas, e as competências digitais passam a integrar a formação básica, reconhecendo o papel central das tecnologias na sociedade contemporânea.

No entanto, cabe destacar que a implementação da PNEC nas instituições de ensino exige um compromisso estruturado com a transformação digital, o que inclui a elaboração de uma Política Institucional de Educação Digital capaz de promover uma cultura digital ética, crítica e alinhada às diretrizes nacionais. Esse processo demanda, também, o fortalecimento da infraestrutura e da conectividade, garantindo acesso estável à internet em todos os campi e suporte tecnológico adequado para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Paralelamente, torna-se essencial investir na formação e na capacitação da comunidade acadêmica, por meio de programas que desenvolvam competências digitais e integrem as orientações da PNEC aos documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

A política envolve ainda o incentivo à pesquisa, à extensão e à inovação, estimulando projetos voltados ao letramento digital e à criação de ambientes virtuais acessíveis. Por fim, requer o aprimoramento da segurança e da conformidade legal, em consonância com a [Lei Geral de Proteção de Dados \(LGPD\)](#) e com diretrizes éticas para o uso responsável de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, assegurando uma atuação educacional responsável e alinhada aos desafios contemporâneos.

Em suma, a PNEC expressa um compromisso com a equidade e a modernização dos sistemas educacionais. Sua implementação envolve desde a criação de políticas institucionais de cultura digital até o fortalecimento da infraestrutura, o desenvolvimento profissional e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras que valorizem ética, segurança e responsabilidade digital.

Nessa direção, a UFTM, assim como as demais universidades públicas, precisará voltar-se para suas políticas e documentos institucionais, a fim de formalizar compromissos e estratégias que visem à garantia do direito à educação digital.

Para que esse direito se efetive, sob a ótica da responsabilidade e da segurança, com ética, acessibilidade e inclusão, um caminho possível é o levantamento das necessidades humanas e estruturais atuais. A partir de diagnósticos da realidade, podem ser pensadas, coletivamente, ações para que, além de integrar documentos norteadores, a educação digital seja realidade, especialmente, nos cursos ofertados.

Um passo importante, conforme o eixo Capacitação Digital da PNEC, é a **formação continuada** dos envolvidos com a educação digital. Nessa direção, conhecer a realidade é, mais uma vez, o ponto de partida para a proposição de ações formativas que visem integrar docentes e técnicos-administrativos à cultura digital do século XXI, com o uso de ferramentas e recursos que podem fomentar a aprendizagem, além de colaborar para que o perfil dos egressos caminhe na direção de profissionais que saibam utilizar as tecnologias de forma assertiva e crítica, nos âmbitos pessoal e profissional.





A Educação Digital no coração do Projeto Pedagógico de Curso



Especificamente quanto aos cursos de graduação, a materialização da Educação Digital deve ser uma **prioridade estratégica**. Em coerência com documentos institucionais basilares como o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), os PPCs precisam traduzir as formas **intencionais e eficazes** pelas quais a Educação Digital se efetivará em seus currículos. A incorporação de tecnologias não pode ser apenas instrumental. Ela exige reflexão e planejamento:



O uso de tecnologias está verdadeiramente alinhado às premissas e diretrizes da PNEE e aos objetivos de desenvolvimento de competências digitais definidos institucionalmente?

Há incentivo ou previsão de pesquisas que visem desenvolver novas ferramentas, formas de uso e teorias relacionadas às tecnologias aplicadas à educação e aos âmbitos de atuação profissional da área?

Podem ser criadas disciplinas ou componentes curriculares transversais que busquem promover o Letramento Digital, discutindo o lugar das tecnologias na vida das pessoas, seu uso crítico, intencional e ético?

Neste contexto, **o PPC emerge como o principal instrumento para a ação e para responder a estas questões fundamentais**. É por meio da **revisão e explicitação** em seus currículos que a universidade garante que a Educação Digital será materializada de forma **significativa, transformadora e em plena consonância** com os objetivos de formação para a sociedade contemporânea.



POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL (PNED)

Na esteira das instigantes discussões promovidas no XII Seminário de Ensino de Graduação, a coluna “**Fundamentos da Educação**” traz uma contribuição essencial. Nesta edição, apresentamos a análise da Prof.^a Elisa Pinheiro de Freitas, que se propõe a contextualizar, de maneira profundamente crítica e reflexiva, o papel e os impactos das tecnologias digitais no cenário da educação superior.

Fica o convite à reflexão aprofundada. Boa leitura!



A Era da Revolução Digital e seus impactos no sistema de ensino universitário

Por Elisa Pinheiro de Freitas¹

Não podemos nos esquecer de que, com a emergência da sociedade industrial e de mercado ao longo do século XIX, tendo a Europa como centro irradiador do capitalismo, a divisão e a especialização do trabalho social constituíram as bases para a organização do sistema escolar. Esse sistema passou a se caracterizar, dentre outras dimensões, pela ordenação da transmissão de conhecimentos por meio de uma curricularização fragmentada em etapas e/ou níveis.

Essa organização curricular estruturou o ensino desde as escolas básicas até o nível universitário e, em certa medida, tem atendido à demanda de formação de profissionais para a economia capitalista.

Ocorre que, nos anos de 1970, as margens de lucro foram reduzidas pela expansão do modelo de acumulação fordista, no qual a massa salarial da classe trabalhadora possibilitava o consumo de bens e serviços necessários à sua própria reprodução, mas, ao mesmo tempo, limitava a acumulação de capital.

Paralelamente às inovações tecnológicas, sobretudo no campo da informática, difundiu-se a defesa de uma economia livre da intervenção estatal. O neoliberalismo e a globalização impulsionaram a fragmentação da cadeia produtiva em escala global, processo que também favoreceu o advento da internet e a conexão dos lugares em velocidade cada vez maior.

A despeito dessas substanciais mudanças, os sistemas escolares permaneceram, em grande parte, organizados à semelhança dos séculos anteriores. No entanto, com a ascensão do capitalismo de plataforma e a crescente atomização da sociedade, há quem afirme que a educação no século XXI deverá priorizar a formação por competências, voltada ao desenvolvimento da criatividade, da capacidade de discernimento, da tomada de decisões e da orientação ética.

Sob esse contexto, as universidades são convidadas a repensarem a forma de organização curricular, entendendo que a geração “dos nativos digitais” tem ao seu dispor múltiplas ferramentas que lhes permitem ascender às informações instantaneamente. Então, como o ensino superior pode contribuir para a formação dessa nova geração sem que a transmissão de conhecimentos continue a ter o protagonismo que teve em outros momentos?



Segundo Rui Fava (2018), estudioso das implicações da revolução digital na educação em geral, a função primordial das instituições de ensino deve ser redefinida. Os estudantes precisam ser resilientes frente aos desafios, motivados para a contínua aprendizagem ao longo da vida, versáteis, cooperativos, éticos e capazes de tomarem decisões assertivas em cenários de alta complexidade. E quanto à atuação dos docentes, eles terão que pensar na produção de conteúdos e orientarem as trilhas de aprendizagem.

E como assevera Luiz Cláudio Costa (2025), se a Universidade for compreendida como espaço de formação ela se reinventa, porque hoje “o tempo é variável, conhecimento é distribuído, trabalho é em rede e a inteligência artificial tornou-se uma infraestrutura invisível que atravessa todas as profissões”.

Mais do que nunca, as universidades públicas, alicerçadas no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, poderão liderar com maestria as mudanças que o nosso tempo exige e proporcionar os avanços que as novas gerações demandam, cumprindo sua missão de gerar conhecimento e bem-estar para a sociedade que as mantém.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luiz Cláudio. A universidade como a conhecemos vai acabar (e isso é uma boa notícia). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/11/a-universidade-como-a-conhecemos-vai-acabar-e-isso-e-uma-boia-noticia.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil**. Porto Alegre: Penso, 2018.



1. Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto de Educação, Artes, Letras, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Coordenadora do Centro de Educação à Distância (CEAD) da UFTM.

E-mail: elisa.freitas@uftm.edu.br

“A tecnologia é ferramenta; a criticidade, o caminho; a esperança, o que nos move a reinventar a educação todos os dias.”



ACONTECE NA ASPEL

Nos dias 4, 5 e 6 de novembro, a ASPEL participou presencialmente do **X Seminário Internacional de Inovações Curriculares da UNICAMP**, na cidade de Campinas - SP, por meio das servidoras Luciana Pereira Rossi e Rubia Rodrigues. O evento teve como tema “**Inteligência Artificial, Competências e Tecnologias Digitais na Educação Superior**” e contou com a presença de representantes de várias instituições de ensino brasileiras e também de Portugal.

As apresentações e discussões suscitadas durante o evento foram extremamente ricas e demonstraram um panorama dos desafios que essa temática traz para a educação superior e a forma como algumas instituições os estão enfrentando. A riqueza das vivências e pesquisas compartilhadas, incluindo os relatos de experiências e propostas que estão sendo desenvolvidas nas instituições de educação superior brasileiras e também por instituições de outros países, nos fazem acreditar que, com política institucional, engajamento, investimentos e comprometimento de todos, é possível unir tecnologias digitais a um ensino ético e de qualidade.

Nesse sentido, grande parte das discussões abordou as implicações da Inteligência Artificial (IA) nas competências digitais dos professores do ensino superior, que exigem, cada vez mais, o desenvolvimento de novas habilidades críticas, éticas e técnicas para a integração eficaz e responsável dessas tecnologias ao processo educativo.

As ferramentas de IA generativa, como o ChatGPT, têm sido amplamente utilizadas por docentes e discentes e, embora sejam poderosas para gerar textos, imagens e conteúdos diversos, elas possuem limitações severas e problemáticas, demandando, portanto, que o conhecimento crítico e ético sobre o uso dessas ferramentas também seja incentivado.

O desenvolvimento das competências no uso das IA e das tecnologias digitais de forma responsável é considerado uma necessidade urgente no cenário educacional contemporâneo. Este desenvolvimento deve ser conduzido mediante políticas e programas de formação contínua que articulem conhecimentos técnicos, pedagógicos e éticos.



Destaca-se que a temática apresentada vai ao encontro dos estudos que o Grupo de Pesquisa sobre Assessoramento Pedagógico e Direito Educacional (GPAPED) da ASPEL realizou ao longo deste ano, bem como da proposta do **XII Seminário sobre o Ensino de Graduação**, que tratou exatamente da temática **Tecnologias Digitais e o novo Marco Regulatório da Educação a Distância**.

Desta forma, a participação da ASPEL, enquanto setor de Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional da UFTM, no referido evento, evidencia o **engajamento e a preocupação** da equipe diante da emergência do tema, das atribuições do setor, **da necessidade de atualização frente** às demandas que chegam e do compromisso dos integrantes da ASPEL com uma **educação de qualidade**.

Em suma, a participação da ASPEL no Seminário Internacional de Inovações Curriculares reforça a convergência entre os estudos do **GPAPED**, as discussões do **XII Seminário sobre o Ensino de Graduação** e as demandas urgentes do cenário educacional sobre IA e tecnologias digitais. Ao integrar conhecimentos **técnicos, pedagógicos e éticos** em suas práticas, e ao se manter ativa na discussão de novos marcos regulatórios, a ASPEL não apenas demonstra seu **compromisso com a atualização contínua e a excelência de seu assessoramento**, como também se consolida como um **setor estratégico** na UFTM para conduzir, de forma responsável e engajada, a necessária transformação da educação superior diante dos desafios contemporâneos.



PARA SABER MAIS:

- <https://drive.google.com/file/d/1b8Zsz45ADRFMnwdZrIGblK0LOBW3jwu/view>
- https://www.abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf
- <https://www.scielo.br/j/er/a/5kXJycPzpBZn6L8cXHRMRVy/?format=pdf&lang=pt>





ACONTECE NA ASPEL

Formação em Coordenação de Cursos de Graduação da UFTM

PÚBLICO-ALVO: Docentes da UFTM, atuantes no Ensino de Graduação.

CERTIFICADO: Haverá certificação para cada curso concluído, válida também para o "Programa Bem-Vindo Professor!"



É importante que todos os docentes da UFTM participem, considerando a relevância dos temas que serão abordados e a própria dinâmica de trabalho da coordenação de curso, que envolve todo o coletivo de docentes!

REALIZAÇÃO:

- Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) | Departamento de Desenvolvimento de Pessoal (DDP) | Setor de Capacitação de Pessoal (SCAP)
- Grupo de Pesquisa sobre Assessoramento Pedagógico e Direito Educacional (GPAPÉDE) da Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional - ASPEL | DGE | PROENS

Caro Professor! Cara Professora!

Participe da Formação em Coordenação de Cursos de Graduação da UFTM!

Cursos a distância (ambiente virtual Moodle):

- **Coordenação de Cursos de Graduação na UFTM:** elementos introdutórios – 40h
- **Sistema Acadêmico e Coordenação de Cursos de Graduação na UFTM** – 60h
- **Processos de Avaliação de Cursos de Graduação** – 40h
- **Fundamentos Legais e Normativos para formação de Coordenadores de Curso de Graduação** – 40h
- **Instrumentos para o Planejamento Pedagógico: Projetos Pedagógicos de Cursos e Planos de Ensino** – 60h

FIQUE ATENTO:

os períodos de inscrição e de oferta dos cursos serão divulgados nos canais oficiais de comunicação da UFTM!!

INSCRIÇÕES: Os cursos estarão disponíveis na **Trilha de Aprendizagem "Gestão Acadêmica e Administrativa no Ensino Superior"** (<https://trilhas.uftm.edu.br/>)

ACESSE: UFTMNET → Recursos Humanos → Área do servidor → Cursos de capacitação → Nova Inscrição. E selecione o curso, no período divulgado pelo SCAP/PRORH, para solicitar a sua inscrição!



FORMAÇÃO PARA COORDENADORES DE CURSO: Sucesso em 2025 e Novidades em Breve!

Em 2025, o projeto **"Formação para Coordenadores de Cursos de Graduação da UFTM"** atingiu seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da atuação dos nossos coordenadores. Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todos os docentes que participaram ativamente dos cursos ofertados pelo Setor de Capacitação de Pessoal (SCAP/PRORH/UFTM), sob a coordenação do Grupo de Pesquisa sobre Assessoramento Pedagógico e Direito Educacional (GPAPÉDE)/ASPEL. Graças ao seu engajamento, os resultados foram excelentes! E **as boas notícias continuam:** em 2026, daremos continuidade e ampliaremos este fundamental processo formativo!

Fiquem atentos! O período de inscrição e a oferta de novos cursos **serão divulgados amplamente** em nossos canais oficiais. Acompanhem e continuem investindo na sua formação!





ACONTECE NA ASPEL

DATA: 03 de dezembro 2025

HORÁRIO: 8h30 às 17h

XII SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO DE GRADUAÇÃO:

Tecnologias Digitais e o novo Marco Regulatório da Educação a Distância (EaD) no Ensino de Graduação

REALIZAÇÃO:

Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional - ASPEL
Departamento de Gestão de Ensino - DGE | Pró-Reitoria de Ensino - PROENS

COLABORAÇÃO: Grupo de Pesquisa sobre Assessoramento Pedagógico e Direito Educacional - GPAPPEDE



Pró-Reitoria
de Ensino
PROENS



A **Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional** promoveu, no dia 03 de dezembro de 2025, o **XII Seminário sobre o Ensino de Graduação da UFTM**, realizado em formato online. O evento reuniu docentes, discentes e técnicos administrativos da comunidade acadêmica para debater um tema de urgência estratégica: "**Tecnologias Digitais e o Novo Marco Regulatório da Educação a Distância (EaD) no Ensino de Graduação**".

O Seminário teve como foco aprofundar reflexões sobre a integração e o impacto das tecnologias — incluindo mídias, redes sociais e Inteligência Artificial (IA) — no processo de ensino-aprendizagem, sempre alinhado às diretrizes regulatórias mais recentes.

Mesa de Abertura e Engajamento

Tendo a pedagoga **Eliana Salge** conduzido os trabalhos e a abertura do Seminário sido realizada pela **Diretora da ASPEL, Luciana Pereira Rossi**, o evento contou com a presença da **Reitora da UFTM, Professora Marinalva Vieira Barbosa**, e da **Pró-Reitora de Ensino (PROENS), Professora Patrícia Maria Vieira**, confirmando o engajamento institucional e a relevância do tema para a gestão da universidade. O evento reforçou o compromisso da ASPEL com a formação continuada na instituição e com a busca de caminhos para a melhoria constante dos cursos de graduação





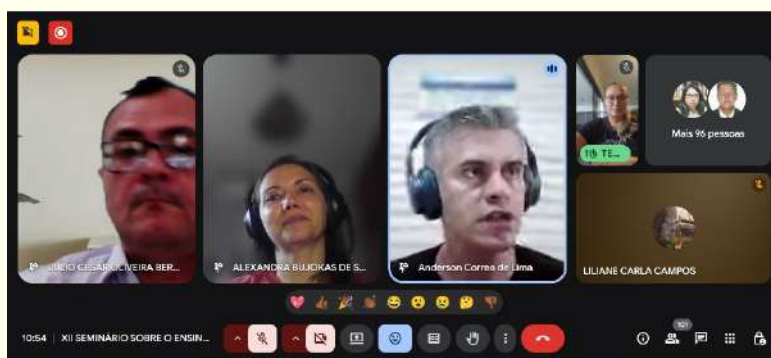
Mídias, Redes e IA em Debate

A programação da manhã foi marcada pela temática "**Mídias, Redes e Inteligência Artificial: em busca da Emancipação Digital no Ensino Superior**". Mediada pela Professora **Elisa Pinheiro de Freitas (Diretora do Cead/UFTM)**, a sessão contou com contribuições especializadas que abordaram o tema sob diferentes ângulos:

TEMA 1: Mídias em Educação e o papel das Redes Sociais no Ensino Superior: O palestrante convidado, **Prof. Anderson Corrêa de Lima (UFMS)**, discutiu o uso das mídias e redes sociais como possibilidades pedagógicas no ambiente acadêmico.

TEMA 2: Inteligência Artificial no contexto universitário: **Profª Alexandra Bujokas de Siqueira (UFTM)** analisou o impacto da IA e seus desafios na pesquisa, gestão e, principalmente, no processo de ensino-aprendizagem.

TEMA 3: Emancipação Digital no Ensino Superior: **Júlio César Oliveira Bernardo (UFTM)** encerrou o ciclo de palestras, focando na necessidade de desenvolver a autonomia crítica e ética dos usuários para transformar o uso da tecnologia em um instrumento de mudança social e educacional.



O debate com os participantes, realizado ao final das palestras, demonstrou o grande interesse da comunidade em explorar a tecnologia sob a ótica da inovação pedagógica e da responsabilidade digital.

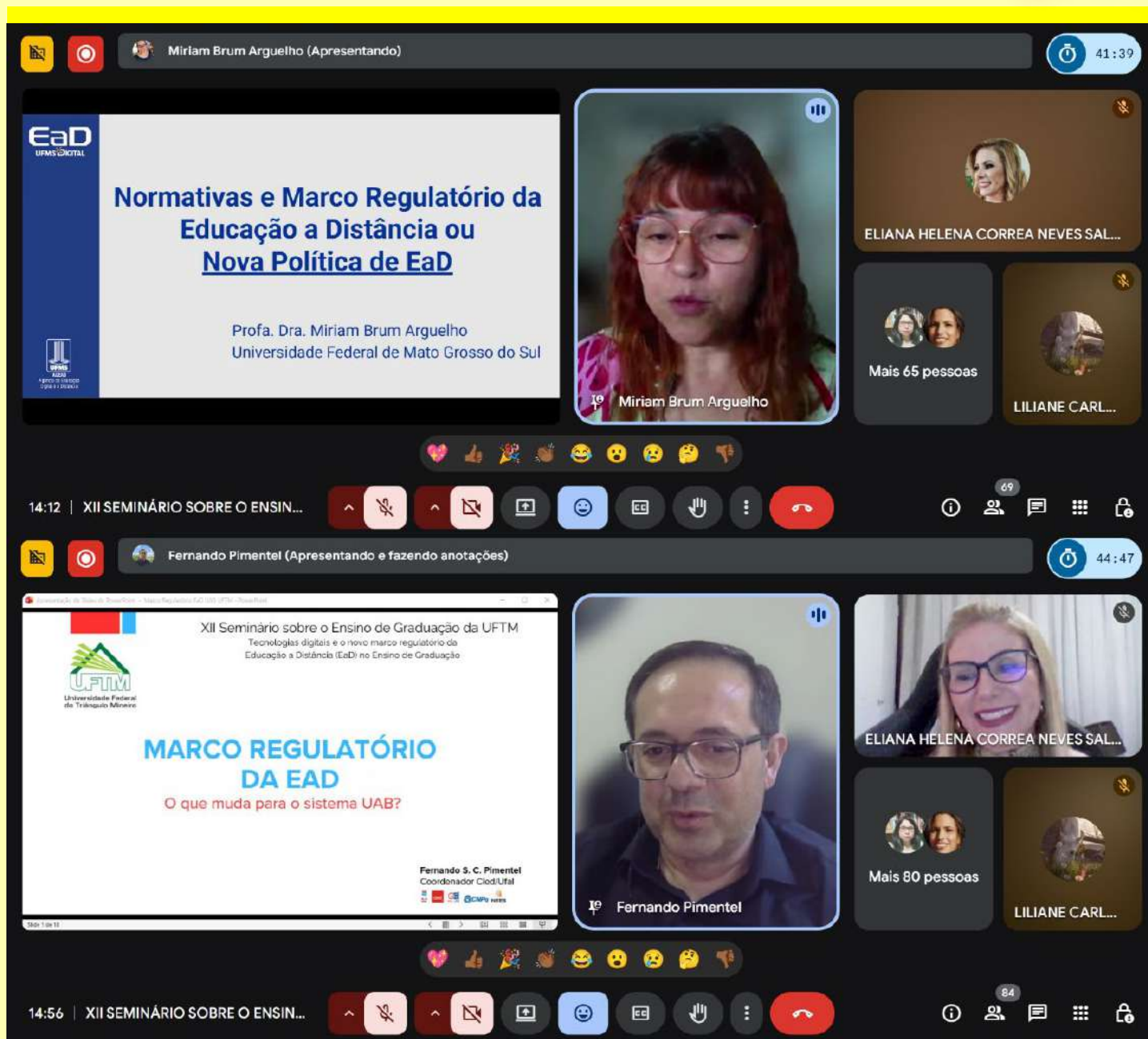
Foco no Novo Marco Regulatório da EaD

No período da tarde, a atenção voltou-se para o painel "**Novo Marco Regulatório da EaD: limites e possibilidades**". O debate trouxe especialistas para discutir as exigências e as possibilidades da nova legislação, que busca equilibrar o amplo acesso proporcionado pela EaD com a necessária qualidade acadêmica.

A relevância do tema foi debatida pelos professores **Miriam Brum Arguelho (UFMS)** e **Fernando Silvio Cavalcante Pimentel (UFAL)**. As palestras destacaram as novas diretrizes para a oferta de cursos de graduação (em seus diferentes formatos), a obrigatoriedade de atividades síncronas e presenciais, bem como a necessidade de adequada infraestrutura dos polos de apoio.

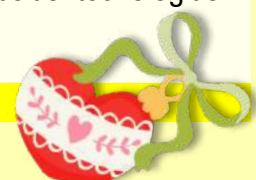
O debate final propôs questões cruciais sobre como a nova regulação pode ser utilizada estrategicamente para promover **inovação pedagógica**, aumentar a **permanência estudantil** e minimizar desafios burocráticos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).





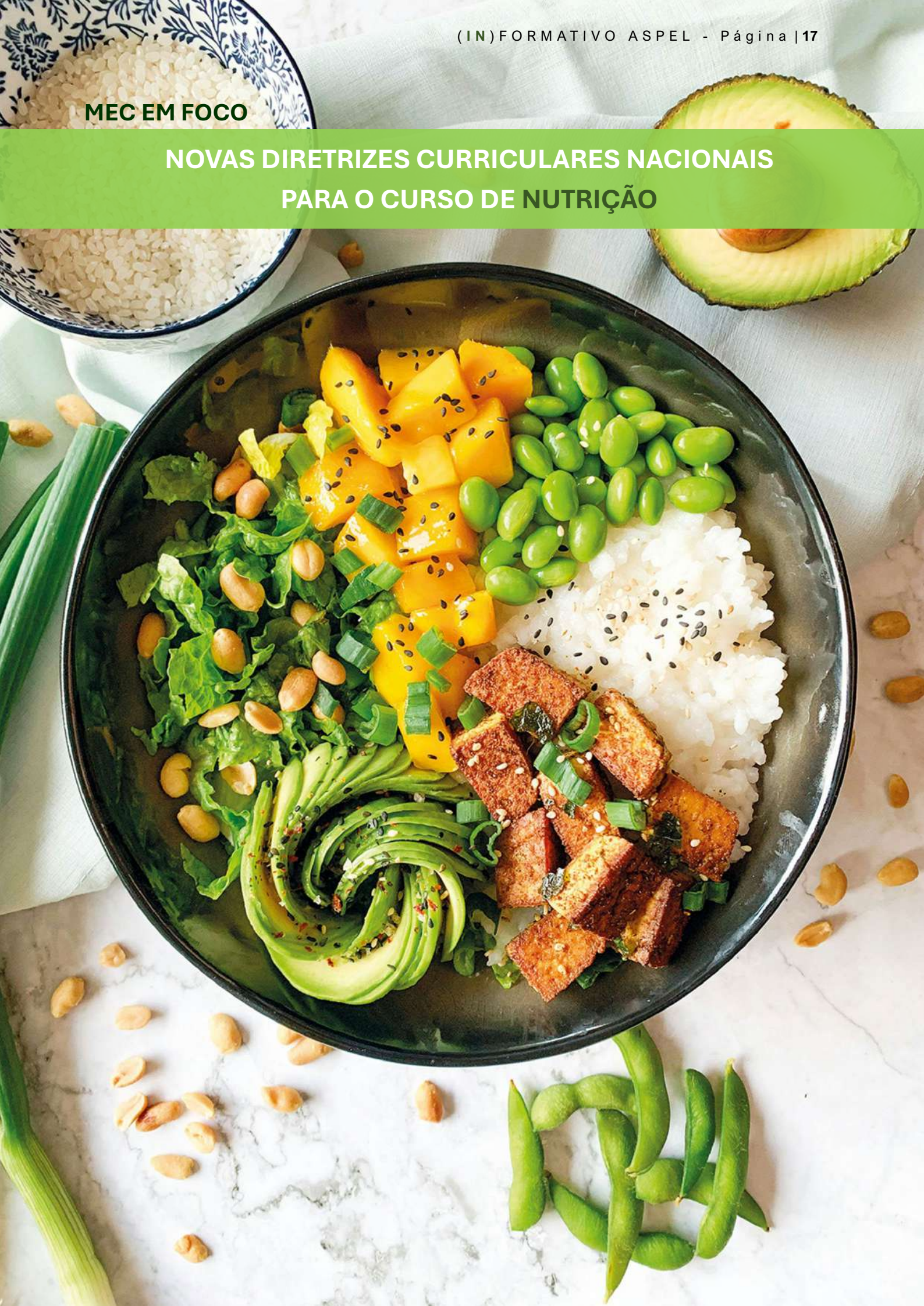
Conclusão Estratégica

O **XII Seminário Sobre o Ensino de Graduação** cumpriu seu objetivo de abrir espaço para que a comunidade acadêmica discutisse questões relevantes que permeiam o cotidiano dos cursos de graduação, especialmente com o uso cada vez mais popularizado da Inteligência Artificial. O evento também se dedicou a discutir a **integração e os impactos dos recursos digitais e da EaD no ensino de graduação**, à luz do **marco regulatório vigente**. Assim, a ASPEL, com a realização de mais uma edição do Seminário, reafirma seu papel como **setor estratégico** para conduzir, de forma responsável e engajada, a necessária **transformação da educação superior** diante dos desafios impostos, nesse contexto, pelas tecnologias digitais e pelo novo Marco Regulatório da EaD.



MEC EM FOCO

**NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS
PARA O CURSO DE NUTRIÇÃO**



Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Nutrição

Foi publicada a [Resolução CNE/CES nº 2](#), de 15 de agosto de 2025, que institui **novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Nutrição**.

Essa Resolução revogou a Resolução CNE/CES nº 5/2001, entrando em vigor na data de sua publicação (18/08/2025), e estabeleceu que **"o curso de graduação em Nutrição em funcionamento tem o prazo de até dois anos para adequação e implantação destas novas DCNs, reservados os direitos dos discentes em relação às DCNs vigentes"** (artigo 32). Desse modo, o prazo para adequação e implantação das novas diretrizes curriculares é até agosto de 2027.

É de fundamental importância que a comunidade acadêmica do Curso de Nutrição da UFTM - discentes, técnicos e docentes - aproprie-se da Resolução, compreendendo as possibilidades e os desafios para a organização do trabalho pedagógico do curso.

Destaca-se, dentre as mudanças, **o aumento do tempo mínimo de duração do curso para 5 (cinco) anos**, o que implica na necessidade de tramitação da versão atualizada do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pelo Conselho Universitário (CONSU) da UFTM.

Em breve, as novas diretrizes do curso de Nutrição serão discutidas em uma nova edição do Fórum Permanente de Gestão Universitária, evento formativo promovido pela ASPEL.

Na coluna **"Assessoramento Pedagógico em Foco"**, dialogamos com um dos professores do curso, para aprofundar a compreensão sobre as principais mudanças trazidas pelas novas diretrizes curriculares.



ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO EM FOCO:

AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELAS NOVAS DCNS DE NUTRIÇÃO

Em um momento crucial de **reestruturação curricular** de ensino superior, a coluna “Assessoramento Pedagógico em Foco” traz diálogos indispensáveis. Nesta edição, mergulhamos nas **Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Nutrição**, que nos convidam a uma profunda reflexão didático-pedagógica.

Para nos guiar nesta análise, a equipe da ASPEL convidou o **Prof. Dr. Lucas Daniel Sanches**, do Departamento de Nutrição (ICS/UFTM), para responder a algumas perguntas sobre o tema.

Com formação sólida pela UFTM (graduação) e titulação de Mestre e Doutor pela UNIFESP (Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde e Programa de Pós-Graduação em Nutrição), o Prof. Lucas Daniel compartilha sua experiência para decifrar **como as DCNs impactam o projeto pedagógico** e a formação dos futuros nutricionistas.

Não perca este debate fundamental para a formação profissional!



1. As novas DCN do curso de Nutrição foram atualizadas em agosto. Para abrir nossa conversa, quais são as principais inovações trazidas nessa versão?

Resposta: As novas DCN trazem mudanças bem significativas. A principal é o foco muito mais claro no ensino por competências — não só em conteúdos. Agora a formação precisa integrar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores éticos e capacidade de atuar de forma contextualizada às realidades. Outro ponto forte é a valorização dos territórios como espaços formativos, indicando que o ensino deve acontecer também nos serviços, comunidades e equipamentos sociais. Há ainda um avanço na interprofissionalidade, com estímulo ao trabalho conjunto entre diferentes áreas da saúde. A avaliação também é repensada, priorizando processos e não apenas resultados. E, de forma mais ampla, as DCN incentivam currículos mais integrados, organizados por eixos e problemas reais. É uma mudança de paradigma, não apenas uma atualização pontual.

2. O que significa “competências” nas novas DCN do curso de Nutrição?

Resposta: Quando falamos em competências, não estamos falando apenas de “conhecer conteúdos”. Competência é mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para agir em situações reais da prática profissional. O nutricionista precisa articular teoria e prática, tomar decisões contextualizadas, entender o território, lidar com desigualdades e atuar de forma crítica e responsável. Competência é ação qualificada, conectada à realidade.



Prof. Dr. Lucas Daniel Sanches

Departamento de Nutrição (ICS/UFTM)

3. Como essa abordagem por competências impacta a organização curricular da graduação?

Resposta: Impacta profundamente. Um currículo baseado em competências não pode ser uma grade rígida com disciplinas isoladas. As DCN apontam para uma formação integrada, com eixos que conversam entre si e que se conectam com a prática desde o início. O currículo passa a se organizar por necessidades reais e cenários concretos, e não apenas por conteúdos teóricos. Isso abre espaço para um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, com o uso de metodologias ativas, como simulações, estudos de caso e práticas nos territórios — aproximando a formação da realidade profissional.

4. Qual é o papel do estudante dentro dessa perspectiva?

Resposta: O estudante deixa de ser receptor passivo de informações e passa a ser protagonista. Ele busca, questiona, participa e constrói o próprio percurso. Como o perfil do egresso esperado é de um profissional crítico, ético e comprometido com a equidade e com os territórios, o estudante precisa desenvolver autonomia, colaboração, reflexão e responsabilidade. Esses aspectos são tão importantes quanto o conteúdo técnico.

5. E para os docentes? Quais são as principais possibilidades e desafios?

Resposta: Para os docentes, há muitas possibilidades, como desenhar experiências de aprendizagem mais vivas, articuladas à prática e voltadas ao desenvolvimento de competências. Mas também existem desafios: exige trabalho coletivo, formação pedagógica contínua, tempo para planejamento e uma mudança na cultura avaliativa. Sair da lógica da transmissão e migrar para uma abordagem por competências implica repensar a aula, o acompanhamento do estudante. O papel do professor precisa ser repensado. É uma transição institucional, não apenas individual.

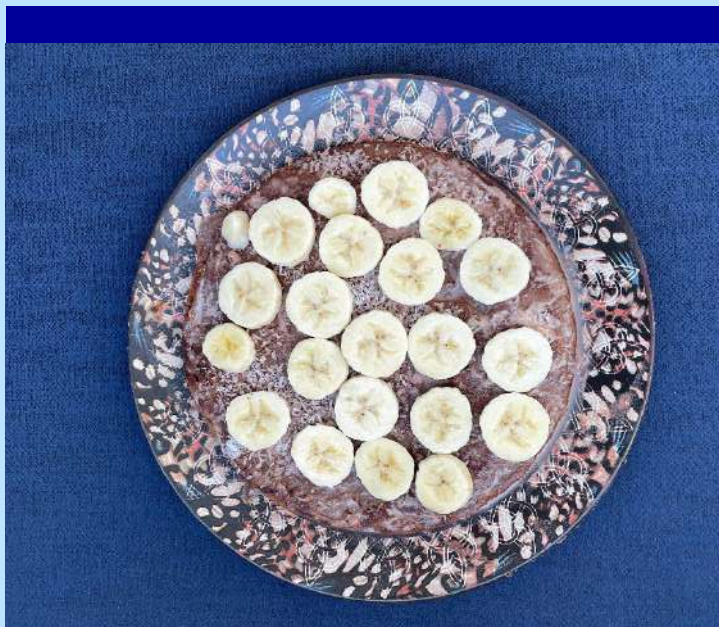
6. Quais são os maiores desafios na avaliação por competências?

Resposta: Avaliar competências é muito mais complexo do que aplicar provas. É preciso observar processos: raciocínio, tomada de decisão, comunicação, postura ética. Isso demanda instrumentos variados — como OSCE (Objective Structured Clinical Examination | Exame Clínico Objetivo Estruturado), portfólios, mini-CEX (Mini Clinical Evaluation Exercise | Mini Exercício de Avaliação Clínica), avaliação multifonte — além de critérios claros, rubricas e descritores observáveis. O grande desafio é garantir uma avaliação justa, formativa e que realmente ajude o estudante a aprender. O professor deve avaliar para ensinar e não ensinar para avaliar.

7. Pode dar um exemplo concreto de formação baseada em competências?

Resposta: Sim. Em uma disciplina de Nutrição Clínica, reorganizamos toda a aprendizagem por competências. Trabalhamos com situações-problema reais (PBL), depois com simulações e, em seguida, com prática em ambulatórios e enfermarias. As competências envolviam raciocínio clínico, tomada de decisão, comunicação, ética e elaboração de planos alimentares. A avaliação incluiu OSCE, portfólios, mini-CEX e autoavaliação. Foi perceptível como os estudantes passaram a integrar teoria e prática com mais segurança e clareza.





8. Como as DCN dialogam com a integração ensino–serviço–comunidade e com os territórios como espaços formativos?

Resposta: As DCN reforçam que a formação precisa acontecer também nos territórios: serviços de saúde, escolas, CRAS, equipamentos de SAN, comunidades. Isso amplia quem participa do processo formativo e como ele acontece. Ao mesmo tempo, gera desafios importantes: fortalecer parcerias, qualificar preceptores, garantir continuidade de projetos e tornar esses cenários pedagogicamente estruturados. É um ponto central, que ainda precisa ser aprofundado institucionalmente.

9. Como as DCN tratam a interprofissionalidade e quais são os impactos disso no currículo?

Resposta: As DCN trazem com bastante ênfase a formação interprofissional, entendendo que o nutricionista atua sempre em equipe. Isso envolve planejar atividades compartilhadas com outros cursos da saúde, desenvolver competências colaborativas, criar espaços de diálogo e resolver problemas em conjunto. Existem desafios práticos — como agendas e carga horária — e culturais, mas é essencial para uma formação mais completa.

10. Como as novas DCN se articulam com o PPI e o PDI da UFTM?

Resposta: O PPI e o PDI da UFTM já defendem princípios como formação cidadã, compromisso social, integração ensino–pesquisa–extensão e atuação comunitária. Isso dialoga diretamente com as novas DCNs. Assim, quando o curso de Nutrição atualiza seu currículo baseado em competências, faz isso dentro de uma estrutura institucional coerente. As DCN oferecem o marco nacional, enquanto o PPI e o PDI orientam o “modo UFTM” de concretizar esse processo.

11. E qual é o papel do Regulamento de Graduação nesse contexto?

Resposta: O Regulamento de Graduação organiza regras sobre créditos, avaliação, estágios e metodologias. Para que um currículo baseado em competências funcione, o regulamento precisa permitir metodologias ativas, avaliações diversificadas e práticas integradoras. Ainda, pode ser necessário ajustar o regulamento ou interpretar suas diretrizes à luz das novas práticas. Ele é peça-chave para institucionalizar a mudança.

12. Qual é o papel do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na implementação das novas DCN?

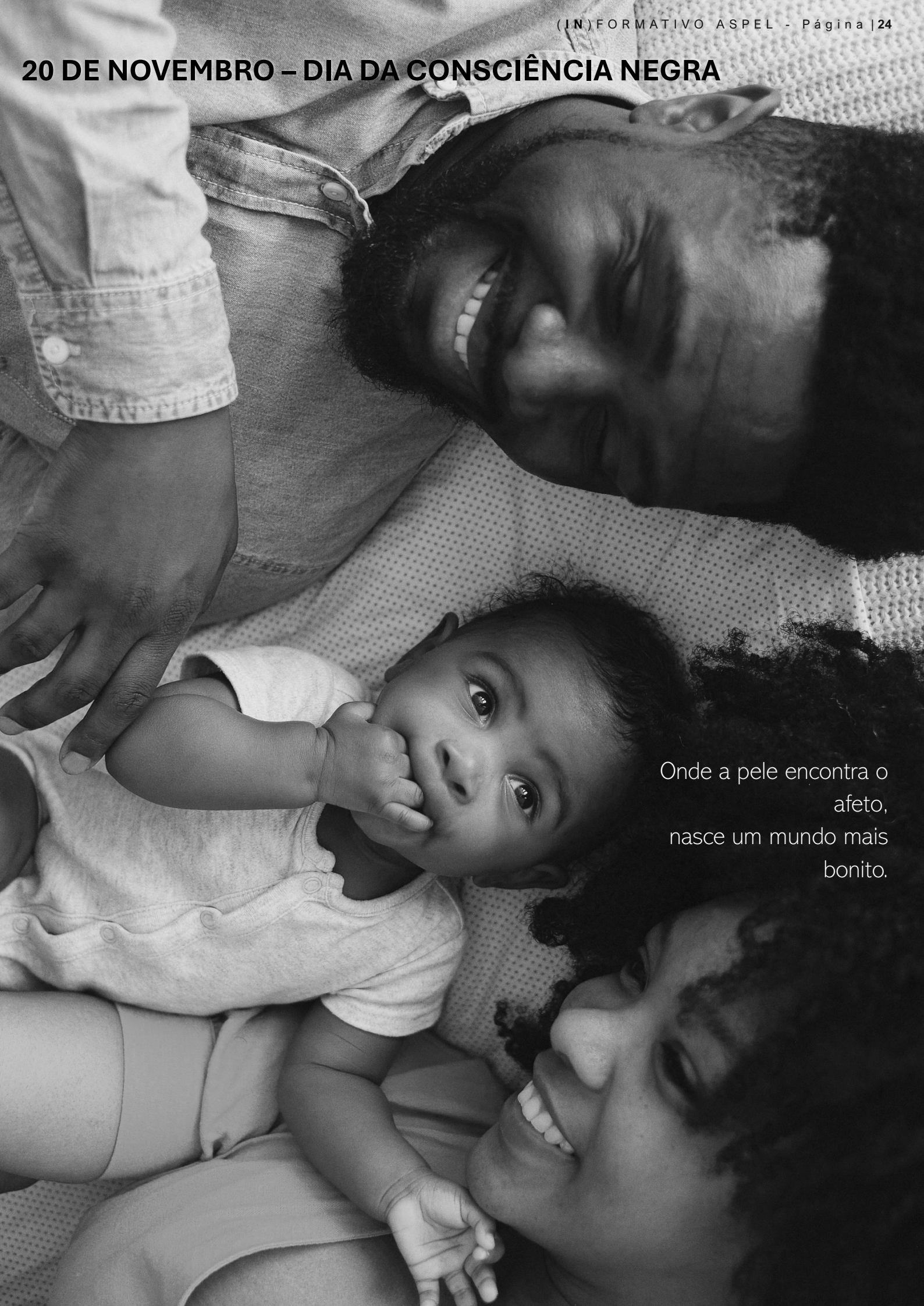
Resposta: O NDE é fundamental. Ele é o guardião do PPC e quem garante que o currículo seja atualizado de forma coerente com as novas DCN e alinhado ao PPI, PDI e Regulamento de Graduação. O NDE faz a mediação entre as diretrizes nacionais e a estrutura da UFTM, organiza o trabalho coletivo dos docentes, mapeia competências ao longo do curso, revisa metodologias e avaliações e contribui para fortalecer o protagonismo do estudante. Sem o NDE, a atualização curricular não se sustenta.

13. E como o NDE do curso tem se organizado diante das novas DCNs? Em que etapa desse processo de atualização vocês estão agora?

Resposta: Então, a gente já deu passos bem concretos. O primeiro movimento foi justamente pegar as novas competências das DCNs e começar a relacioná-las com os conhecimentos, habilidades e atitudes já descritos no nosso PPC. Foi um trabalho grande, mas super importante para entender o que precisaria ser mantido, atualizado ou reestruturado. Inclusive, esse processo virou um trabalho que apresentamos no Confnutri, em Brasília, neste ano — e foi aprovado e premiado, o que reforça que estamos num caminho consistente e alinhado ao que o país inteiro está debatendo. Depois disso, começamos outra frente essencial: a formação docente. As DCNs trazem uma mudança de paradigma, então faz sentido que todos os professores envolvidos no curso também tenham oportunidade de se formar em ensino por competências. Estamos fazendo isso com todos os departamentos que atuam na Nutrição — DESCO, e os departamentos do ICBN — porque não dá para implementar uma mudança curricular sem esse alinhamento pedagógico mais amplo. E agora estamos entrando na etapa que considero talvez a mais estratégica: a escuta ativa. Vamos conversar com professores, estudantes e também com os TAEs, para entender expectativas, demandas, percepções e possibilidades. Esse diálogo é fundamental para desenhar a nova matriz curricular com base na realidade viva do curso, e não só em documentos normativos. A ideia é que todo esse processo nos leve à construção da nova matriz curricular ao longo de 2025 e 2026, com previsão de implementação em 2027/2. Ou seja, estamos fazendo tudo com planejamento, cuidado e participação. Não é algo apressado — é um movimento estrutural para alinhar o curso às novas DCNs e, principalmente, a uma formação mais potente para os futuros nutricionistas.



20 DE NOVEMBRO – DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



Onde a pele encontra o
afeto,
nasce um mundo mais
bonito.

DATAS COMEMORATIVAS



O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA E A CRÍTICA EPISTÊMICA NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Em uma perspectiva sociológica e crítica, o **Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro)** é percebido, no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, como a UFTM, não meramente como uma efeméride histórico-calendária. A data configura-se como um ponto focal para a análise estrutural e a práxis institucional, catalisando o debate sobre a equidade racial, o combate ao racismo epistêmico e a descolonização curricular. Instituída pela [Lei nº 12.519/2011](#), a data, que rememora a resistência de Zumbi dos Palmares, atua como um catalisador para uma análise crítica e uma intervenção acadêmica nas estruturas de desigualdade racial que persistem na sociedade brasileira.

INCLUSÃO, AÇÕES AFIRMATIVAS E REPRESENTATIVIDADE

A universidade, historicamente um espaço de elite, tem passado por um processo de (re)democratização, impulsionado, sobretudo, pelas **Políticas de Ações Afirmativas**, com destaque para o sistema de **cotas raciais**. Estudos sociológicos e demográficos indicam que tais políticas são cruciais para promover a **equidade de acesso e a permanência** no Ensino Superior.



coragem

Entretanto, a presença de estudantes negros (pretos e pardos) no campus revela apenas uma etapa da luta. A permanência estudantil e a representatividade docente e técnico-administrativa ainda se configuram como desafios complexos, exigindo a **mitigação do racismo institucional** e o investimento em apoio psicossocial e financeiro para os estudantes cotistas. A luta se estende, conforme indicam pesquisas, para aumentar a reserva de vagas em concursos públicos, buscando uma composição da força de trabalho universitária que espelhe a pluralidade étnico-racial da nação.

DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E RACISMO EPISTÊMICO

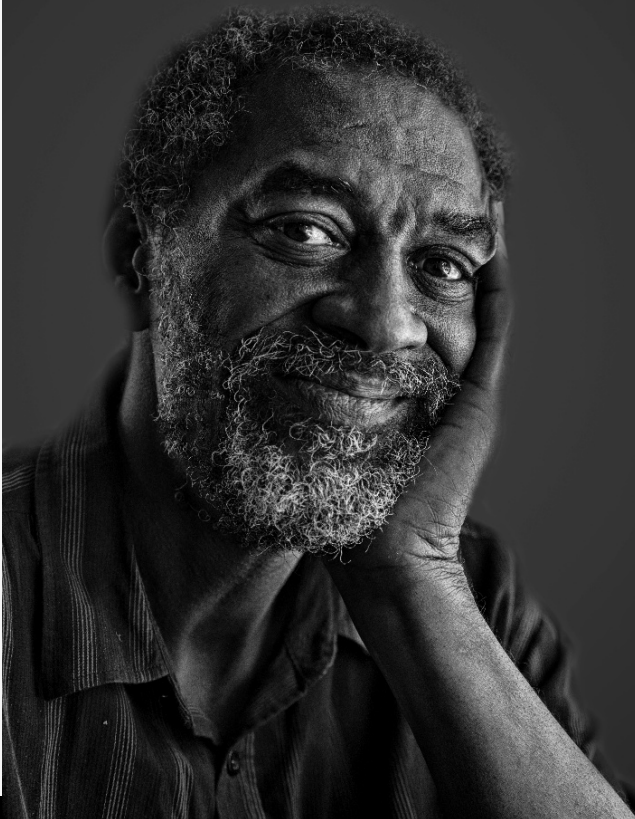
No cerne da celebração do 20 de novembro, está a **urgência de uma revisão curricular e epistêmica**. O ambiente universitário é, por vezes, um local de reprodução do racismo epistêmico, que se manifesta na subalternização, silenciamento ou invisibilização da produção intelectual negra e dos saberes africanos e afro-brasileiros.

A data serve como um imperativo ético e científico para:

- **Integrar a Lei n.º 10.639/2003** (altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar), de forma efetiva no currículo, indo além da superficialidade.

- **Promover a pesquisa** sobre as relações étnico-raciais e o pensamento negro.

- **Valorizar e reconhecer a ciência negra** e os intelectuais negros, historicamente marginalizados nas narrativas hegemônicas.



Coletivos universitários negros e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) desempenham um papel vital como espaços de acolhimento, articulação política e **produção de contranarrativas**, fomentando uma **cultura de consciência negra ativa e antirracista na academia**.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

No que se refere aos currículos das instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e, em especial, aos currículos dos programas de formação inicial e continuada de professores, em 17 de junho de 2004 foi publicada a [Resolução CNE/CP n.º 1](#), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A resolução em questão é um documento estruturante da educação brasileira, pois reconhece que a formação cidadã e intelectual no país exige o enfrentamento das desigualdades produzidas pelo racismo estrutural, além da valorização das identidades, histórias e contribuições dos povos africanos e afrodescendentes.

Para uma universidade pública como a UFTM, comprometida com a formação crítica, socialmente referenciada e voltada para a transformação da realidade, essas diretrizes possuem especial relevância.

A Resolução determina que todas as Instituições de Ensino Superior devem incluir em seus currículos conteúdos relativos à educação das relações étnico-raciais e abordar temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Isso significa que a UFTM, em todos os seus cursos de graduação, precisa incorporar perspectivas que permitam aos estudantes compreender a pluralidade étnico-racial do Brasil e atuar profissionalmente com responsabilidade social, ética e compromisso com a igualdade. Conforme a **Resolução CNE/CP n.º 1, Art. 1º**:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.





Tais Diretrizes Curriculares têm como meta **promover a formação de cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas e a construção de uma nação democrática.** Isso significa que a formação universitária não pode restringir-se ao domínio técnico ou científico. A formação acadêmica precisa englobar competências éticas, culturais e políticas que permitam a atuação crítica em contextos marcados pela diversidade.

Em cursos das áreas de saúde, licenciaturas, engenharias, ciências humanas, jurídicas ou sociais, compreender as formas como o racismo atravessa a sociedade é fundamental para que futuros profissionais reconheçam desigualdades, combatam práticas discriminatórias e promovam relações sociais mais justas.

A [Resolução CNE/CP n.º 1](#) determina que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o **reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros**, bem como de suas raízes africanas, juntamente às indígenas, europeias e asiáticas. Isso tem impacto direto em qualquer projeto pedagógico da UFTM que busque formar profissionais capazes de compreender criticamente a formação social brasileira. Essa compreensão é essencial para a superação de estereótipos históricos; valorização de produções intelectuais, culturais e científicas afro-brasileiras; reconstrução de narrativas historicamente marginalizadas; ampliação de repertórios culturais e epistemológicos dentro da universidade.



liberdade

Fora isso, a Resolução, em seu artigo 3º, enfatiza que a educação das relações étnico-raciais deve ser desenvolvida por meio de conteúdos, **competências, atitudes e valores** que possibilitem a interação respeitosa entre diferentes grupos sociais, o que requer: revisão de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs); inserção transversal das temáticas étnico-raciais; promoção de atividades de extensão, projetos e pesquisas voltados à questão racial; formação continuada de docentes e servidores; dentre outras ações que possibilitem o olhar ampliado sobre a temática em questão. Ou seja, **não se trata apenas de incluir conteúdos, mas também de transformar práticas pedagógicas e promover ambientes universitários que acolham e valorizem a diversidade.**

Em relação às pesquisas acadêmicas e ao diálogo interinstitucional, as DCNs apregoam a promoção de pesquisas sobre valores, visões de mundo e conhecimentos afro-brasileiros, bem como parcerias com grupos culturais e núcleos de estudos dedicados à temática, como os NEABs. Para a nossa universidade, esse ponto é especialmente relevante, pois estimula a produção científica sobre raça, racismo e cultura afro-brasileira; fortalece núcleos de pesquisa existentes; promove articulações com movimentos sociais e comunidades tradicionais e contribui para a democratização do conhecimento.

A [Resolução CNE/CP n.º 1](#) também prevê que os casos de discriminação devem ser examinados por órgãos colegiados, reafirmando o compromisso institucional com o combate ao racismo, considerado crime imprescritível segundo **o artigo 5º da Constituição de 1988:**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;



Esse aspecto reforça a necessidade de políticas institucionais na UFTM voltadas ao acolhimento e à proteção de estudantes afrodescendentes; à promoção da equidade racial; à construção de práticas antirracistas em todas as instâncias da universidade; à revisão de normas e procedimentos internos.

Por fim, ressalta-se que a implementação das Diretrizes Curriculares de 2004 nos currículos dos cursos da UFTM fortalece a missão e os valores institucionais, contribuindo para a construção de ambientes universitários plurais, democráticos e inclusivos, condição indispensável para a excelência acadêmica e para a promoção da justiça social.

Ações da UFTM: O Mês da Consciência Negra em Extensão

A UFTM materializou seu compromisso com a temática por meio de um extenso "**Novembro Negro**", com atividades de extensão universitária que extrapolaram os muros da instituição, visando à interação com a comunidade. Tais ações demonstraram a função social da universidade no enfrentamento ao racismo estrutural.

- **Programação Integrada e Plural:** Departamentos como Serviço Social e História, em conjunto com o Centro Cultural (CCULT) e o Hospital de Clínicas (HC-UFTM), articularam uma programação diversificada.
- **Formato Multidisciplinar:** O evento abrangeu palestras, oficinas, grupos de discussão, rodas de conversa e atividades culturais, atraindo acadêmicos, intelectuais, artistas e ativistas.
- **Temáticas Críticas:** A programação foi organizada em torno de eixos como "Identidade e Representatividade", "Desafios Históricos e Contemporâneos da População Negra", e "Conquistas e Caminhos para o Futuro".

Por meio destas ações de extensão, a UFTM não apenas sensibilizou a comunidade acadêmica, mas também buscou promover a reflexão sobre a importância da igualdade racial e o fortalecimento da identidade e cultura negra, contribuindo diretamente para a construção de uma consciência crítica na região do Triângulo Mineiro.



Vozes-mulheres, de Conceição Evaristo

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem — o hoje — o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

DATAS COMEMORATIVAS

Feliz
Natal



DEZEMBRO: TEMPO DE PAUSA, REFLEXÃO E DE CULTIVO DA PAZ

Com a chegada suave do mês de **dezembro**, a ASPEL convida seus leitores a um momento sagrado de pausa e reflexão. Tradicionalmente, este mês marca não apenas o encerramento do ano, mas também a celebração do **Natal**, a festa que acende em nós a chama da esperança e da **fraternidade**. É tempo de abrir o coração!

BALANÇO E HORIZONTE: A Missão Cumprida

Este é o momento ideal para um **balanço de final de ano**. Olhamos para trás e reconhecemos a jornada percorrida, as vitórias alcançadas, os desafios superados e as lições aprendidas. Para a **ASPEL de 2025**, podemos afirmar: **missão cumprida!** Cada esforço, cada estudo, cada passo em busca do conhecimento semeou frutos valiosos.

E com o olhar fixo no futuro, este período de reflexão se torna solo fértil para o **planejamento futuro**. Que os planos para o novo ano sejam traçados com a sabedoria da experiência e a audácia da esperança.

O PRESENTE ESSENCIAL: Bem-Estar e Saúde Mental

No turbilhão do encerramento de semestre, a exaustão se torna um adversário silencioso. Por isso, a ASPEL reforça a importância vital do **bem-estar** e da **saúde mental**.

Todavia, que o descanso de final de ano não seja passivo, mas sim um **descanso ativo**: um tempo dedicado ao autocuidado, à família e àquilo que verdadeiramente nutre a alma. A **gestão do estresse** não é um luxo e sim uma necessidade para recarregar as energias e evitar o esgotamento. **Lembre-se**: um corpo e uma mente em equilíbrio são o alicerce para o alcance de seus projetos.





A ESSÊNCIA DO NATAL: Fraternidade e Paz

O espírito natalino transcende presentes e luzes. Ele nos convoca à essência da humanidade: a **fraternidade**. É um convite para estender a mão, para praticar a empatia e para semear a **cultura da paz e da não-violência** em nosso dia a dia.

Que o Natal seja o momento de renovarmos o compromisso de tratar o próximo com dignidade e respeito. A paz que buscamos no mundo começa no jardim da nossa própria serenidade. Que possamos ser faróis de gentileza nas pequenas ações, tecendo uma rede de harmonia que se estenda para além das festividades. A todos os leitores e parceiros, a ASPEL deseja que a magia do **Natal** inunde seus lares com **luz, amor e serenidade**.

Que o novo ciclo que se inicia seja uma tela em branco pintada com as cores da prosperidade, da realização e, acima de tudo, da **saúde plena**.



Boas Festas! Que 2026 seja um Próspero Ano Novo, repleto de novas conquistas e da continuidade da Missão: educar para um mundo mais justo e pacífico.



ALÉM DO NATAL: Pluralidade de Celebrações no Fim de Ano

Apesar de ser amplamente difundido no Ocidente, o **Natal não é a única celebração de todos os grupos sociais** devido à pluralidade cultural e religiosa contemporânea. Em diversas culturas e religiões, existem **outras festividades e rituais** que mobilizam significados e práticas distintas no período de fim de ano.

Essas celebrações alternativas incluem: Festas religiosas com origens e sentidos próprios, como o **Hanukkah** (Judaísmo) e o **Bodhi Day** (Budismo); Tradições ancestrais, como o **Yule** (Tradições pagãs), associado ao solstício de inverno; Celebrações identitárias e comunitárias, como o **Kwanzaa** (Movimento afro-americano); Grandes festivais, como o **Diwali** (Hinduísmo), que enfatiza a vitória da luz sobre a escuridão, e datas móveis islâmicas como o **Eid al-Fitr** e o **Eid al-Adha**; Práticas laicas, como a centralização das celebrações no **Ano-Novo** e encontros familiares ou rituais culturais **não religiosos**; Estratégias individuais, como retiros e viagens, ou a **opção deliberada pelo não-celebrar**, que reflete fatores culturais, filosóficos ou pessoais.

As múltiplas manifestações simbólicas demonstram que o Natal é uma das muitas celebrações que coexistem no calendário global. A compreensão dessas diferenças é essencial para promover a **inclusão, o respeito à diversidade religiosa e o reconhecimento das múltiplas identidades culturais** na sociedade.

“Que os dias que se aproximam tragam leveza, afeto e novos começos. Boas festas! Bom descanso!”

Aniversariantes do Trimestre



Luciana



"Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota". Madre Teresa de Calcutá

No mês de **dezembro**, entre tantas celebrações, comemoramos também o **aniversário** da nossa amiga e diretora da ASPEL, **Luciana Pereira Rossi**. Sua trajetória inspiradora, marcada por coragem, **confiança** e sensibilidade, revela alguém que não só lidera, mas inspira a todos ao redor. Você honra o legado das mulheres que a antecederam, fortalecendo a ASPEL como setor de Assessoria Pedagógica e Legislação Educacional. Admiramos sua **persistência**, sua capacidade de encontrar caminhos mesmo nas maiores dificuldades e de mostrar, com **determinação**, que tudo é possível. Também reconhecemos sua **resiliência**, que se expressa na sua habilidade de se reinventar, levantar após cada queda e seguir com mais **sabedoria**. Sua serenidade diante dos desafios nos motiva diariamente. Em um ambiente que exige agilidade e **responsabilidade**, sua escuta, orientação e acolhimento fazem toda a diferença, criando um clima de confiança e leveza. **Parabéns pelo seu dia!**

Que esta nova fase seja repleta de conquistas, saúde e alegrias. Que a vida lhe devolva em dobro toda a força, bondade e brilho que você distribui.

Feliz Aniversário!!





Pró-Reitoria
de Ensino
PROENS

